

REVISTA



ECOS

**LITERATURAS, LINGUÍSTICAS,
HISTÓRIAS E CULTURAS**

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso


UNEMAT
EDITORA


EPLIT
Centro de Pesquisa
em Literatura


CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas em Literatura

Editores/Organizadores

Agnaldo Rodrigues da Silva
Taisir Mahmudo Karim

Projeto Gráfico (impresa)

Ricelli Justino dos Reis

Copyright © 2015 / Unemat Editora
Impresso no Brasil - 2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Bibliotecas
UNEMAT - Cáceres

ISSN: 2316-3933 (*Online*)

ISSN: 1806-0331 (*Impressa*)

Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas.

Editores/Organizadores: Agnaldo Rodrigues da Silva / Taisir Mahmudo Karim (Revista do Centro de Pesquisa em Literatura e do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários). Cáceres-MT : Unemat Editora, 2016.

249 p.

1. Literatura 2. Linguística

Semestral (Ref.: Jul 2015 - Dez 2015). Vol. 19, ano 12, n. 2 (2015)

CDU: 81

Índices para catálogo sistemático

1. Literatura - 82

2. Linguística - 81



REVISTA ECOS - Grupo de pesquisa em estudos da Arte e da Literatura comparada - Centro de Pesquisa em Literatura / Programa de Pós-graduação em Estudos Literários
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres MT - Brasil - 78200000
Tel: 65 3221-0023 - revistaecos.unemat@gmail.com



UNEMAT Editora
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres - MT - Brasil - 78200000
Fone/Fax 65 3221-0023 -www.unemat.br - editora@unemat.br

Todos os Direitos Reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Reitora	Ana Maria Di Renzo
Vice-Reitor	Ariel Lopes Torres
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Rodrigo Bruno Zanin
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Alexandre Gonçalves Porto
Pró-Reitoria de Gestão Financeira	Ezequiel Nunes Pacheco
Pró-Reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação	Francisco Lledo dos Santos
Pró-Reitoria de Administração	Valter Gustavo Danzer
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Anderson Marque do Amaral

CENTRO DE PESQUISA EM LITERATURA Agnaldo Rodrigues da Silva

CONSELHO EDITORIAL/REVISTA ECOS

Agnaldo Rodrigues da Silva - UNEMAT (Presidente)
Elza Assumpção Miné - USP
Inocência Mata – Universidade de Lisboa/Portugal
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida – USP
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP
Maria Fernanda Antunes de Abreu – Universidade Nova de Lisboa/Portugal
Mônica Graciela Zoppi Fontana - UNICAMP
Roberto Leiser Baronas - UFSCar
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT
Tânia Celestino de Macedo – USP
Valdir Heitor Barzotto – USP

CONSELHO TEMÁTICO CONSULTIVO

Agnaldo José Gonçalves – UNESP
Águeda Aparecida Cruz Borges - UFMT
Ana Antônia de A. Peterson - UFMT
Ana Maria Di Renzo –UNEMAT
Benjamin Abdala Junior –USP
Célia Maria Domingues da Rocha Reis - UFMT
Eduardo Guimarães - UNICAMP
Elizete Dall'Comune Hunhoff - UNEMAT
Elza Assumpção Miné - USP
Isaac Newton Almeida Ramos - UNEMAT
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique
José Carlos Paes de Almeida Filho - UNICAMP
Liliane Batista Barros - UFPA
Luiz Francisco Dias - UFMG
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP
Mário César Leite - UFMT
Mônica Graciela Zoppi Fontana – UNICAMP
Nelly Novaes Coelho - USP
Rita de Cássia Natal Chaves - USP
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT
Tânia Celestino de Macedo – USP
Valdir Heitor Barzotto – USP
Vera Lúcia da Rocha Maquêa - UNEMAT
Yasmin Jamil Nadaf - Academia Mato-Grossense de Letras
Walnice de Matos Vilalva – UNEMAT

REVISTA



ECOS

LINGÜÍSTICA



A GRAMÁTICA E A GRAMATIZAÇÃO: O ENSINO DA
GRAMÁTICA E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRO
GRAMMAR AND DRAMA: THE GRAMMAR OF EDUCATION
AND THE PROCESS
OF BRAZILIAN GRAMMATIZATION

Cleuber Cristiano de Sousa¹

Lucas Augusto Souza Pinto Alvares²

Período de recebimento dos textos: 01/06/2015 a 30/09/2015

Data de aceite: 30/10/2015

Resumo: A gramática surge em um contexto de imposição e reconhecimento da legitimidade hegemônica da língua da Coroa Portuguesa. Esta natureza vernacular e purista, além de instituir a exclusão e marginalização, propõe um apagamento das variedades linguísticas que não estejam inseridas na dita norma padrão. Auroux é a representatividade mais relevante na orientação de uma nova forma de pensar a gramática como aspecto marcadamente linguístico e identitário. Para ele, a gramatização é a compreensão do processo que conduz à descrição de uma língua na base de duas tecnologias que são pilares do saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. Dois momentos são importantes para se pensar o processo de gramatização brasileiro. O primeiro se refere às ideias filosóficas e científicas de países que não tenham vínculo linguístico com Portugal e, no Brasil, o início da formação escolar brasileira a partir do Colégio Dom Pedro II, que com seu Programa de Português para os Exames Preparatórios ambicionava romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica. E o segundo se fundamenta no resgate ao papel identitário e à análise do comportamento linguístico do falante da língua portuguesa no Brasil.

Palavras-chave: Linguística; Teorias Linguísticas Gramática; Gramatização; Variedade Linguística.

Abstract: The grammar comes in the context of enforcement and recognition of the legitimacy of the hegemonic language of the Portuguese Crown. This purist and vernacular nature, in addition to establishing the exclusion and marginalization, proposes a deletion of language varieties which are not inserted in the said standard norm. Auroux is the most relevant representation in the direction of a new form of thinking grammar as markedly linguistic identity and appearance. For him, grammatization is understanding the process leading to the description of a language on the basis of two technologies that are pillars of knowledge metalinguistic: the grammar and the dictionary. Two moments are important to think about the Brazilian grammatization process. The first refers to the philosophical and scientific ideas of countries that do not have linguistic ties with Portugal and in Brazil, the beginning of Brazilian school education from the College Dom Pedro II, who with his Portuguese program for the Preparatory Exams aspires break the Portuguese tradition of philosophical grammar. And the second is based on the rescue of identity paper and the analysis of the speaker's linguistic behavior of the Portuguese language in Brazil.

1 Professor da UNIC - Graduado em Letras. Mestre em Educação. Mestrando em Linguística.
E-mail: cristianocotrim@hotmail.com

2 Professor da FAPAN - Graduado em Relações Internacionais. Mestrando em Linguística.
E-mail: laspa85@gmail.com

Keywords: Linguistics; Linguistic Theories Grammar; grammaticization; Variety Linguistics.

Introdução

O movimento da constituição da unidade da língua portuguesa no contexto da gramática tende a se fundamentar por meio do desejo da consolidação da identidade do falante brasileiro. Respondendo principalmente às demandas que orientam as políticas de línguas, percebe-se a naturalização desta gramática deslocando a análise da língua portuguesa do Brasil para uma língua portuguesa no Brasil. As abordagens se referem ao controle do excessivo prescritivismo inerente às normas arbitrárias e à perspectiva de instituição da língua, enquanto estrutura e funcionamento dela no campo do dizer.

As condições de produção históricas e sociais refletem a mudança da orientação da gramática na abordagem de monumento para artefato. A gramática é um objeto histórico de representação do falante brasileiro, e, assim, não se restringe a um manual de regras arbitrárias. A gramática clássica cede espaço, pois não dá conta de representar uma língua, sendo duplamente afetada por esta noção de incompletude que não contempla a questão da independência e da tecnologia. Nesta orientação, a língua é vida e se movimenta conjuntamente com a história social do falante e é, por isso, que a palavra tem uma orientação social.

A especificação da língua corresponde, então, a uma localização ou deslocamento, tendo a variação espacial como fator importante para sua análise. As coerções de ordem histórica se relacionam, intrinsecamente, à pertinência linguística. Esta movimentação prescinde qualquer análise meramente de formulação, sendo especialmente necessária em um momento de mobilização para a formação de uma língua nacional, eminentemente correspondente às especificidades do falante brasileiro. A gramática como artefato de ciência convoca o gramaticista para um novo olhar na organização e reorganização da gramática no espaço e tempo, sendo o fato preponderante à concepção que retrata a língua.

A produção de gramáticas ao longo da história criou uma “tecnologia intelectual”, cuja força e importância transcendem o próprio campo de estudos da linguagem. (AUROUX, 1994)

A constituição de um falante com sua respectiva identidade nacional corresponde ao surgimento de um cidadão com uma língua própria em realização, visível na gramática, e é isto que se apresenta como proposta de autonomia do falante e possibilita a formação de um sujeito de direitos inserido em um universo de fenômenos linguísticos em articulação com os processos ideológicos. No Brasil, os eixos de convergência entre o clássico e o moderno representa um emergir de um falante com propriedade fenomenológica no que se refere ao uso da sua própria língua, delimitando de forma pertinente as fronteiras entre a escrita e a oralidade.

O Projeto “A História das Ideias Linguísticas” apresenta uma série de artigos constituídos pelos estudos dos fenômenos linguísticos em relação com a

exterioridade, em situações específicas de uso do falante da língua, em contato com uma condição de produção histórica e social. Ao discutir os sentidos do idioma nacional, o autor, Luiz Francisco Dias, propõe uma análise profunda acerca do processo da gramatização e a imposição de uma norma padrão que não legitima a identidade do falante, com seus aspectos socioculturais e geográficos.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, houve um intenso debate em torno da denominação apropriada da língua falada no Brasil, envolvendo gramáticos, filólogos e parlamentares (DIAS, 1996)

A gramatização diz respeito à abrangência da relação entre a escrita e a oralidade. Isto se dá na elaboração de uma gramática a partir de um corpus específico, definindo a própria regularização de uso da língua. A concepção de exemplo não se relaciona ao conceito de exemplar, com base essencialmente nos textos de escritores consagrados da literatura portuguesa e, posteriormente, brasileira. A gramática de corpus selecionado é um modo de tratar o fato linguístico maximizando (no sentido de compreender este fato) ou minimizando as diferenças, denominando, assim, a gestão da diferença.

Os fatos gramaticais são analisados por meio de processos imbricados (condições distributivas, condições atributivas, condições operativas). A forma como a comunidade linguística opera a constituição da própria língua e repassa aos falantes pertencentes ao grupo, atribuindo, assim, de forma criativa e não inata, a força expressiva às estruturas e aos elementos que posteriormente serão processados e internalizados para a compreensão e redistribuição. Este “sistema” já não é estrutural, porque não é linear e determinista na sua natureza de circulação. Ele é dinâmico, vivo e se atualiza no dizer.

A utilização de métodos da sociologia, da antropologia e da psicologia no desenvolvimento de novas técnicas para o estudo da variação linguística é necessária para a compreensão de diversos fenômenos linguísticos que a fala apresenta nos níveis lexical fonológico e fonético. O Brasil é um país de muitas “línguas” em uma só e nesta orientação que há uma atualização constante desta gramática do dizer. Foneticamente, o mapa dos sotaques do Brasil revela uma multiplicidade de falares que se organiza e reorganiza em conformidade com a intervenção de bandeirantes ou mesmo pela influência da Coroa Portuguesa. Assim, em incontestes o poder de movimentação dos aspectos inerentes à língua e a gramática deve acompanhar este preenchimento. A língua se constitui destes elementos e cresce.

A variação linguística se caracteriza pela análise lexical, sintática, morfossintática, morfológica, fonética e fonológica. A manifestação da língua em situação comunicativa específica não é analisada sob o ponto de vista homogêneo e não deve ser restringida a um escopo único, regular e sistemático sob o ponto de vista da norma padrão, que tem a tendência a ser vista como hegemônica. Sendo o produto uma atividade humana, a heterogeneidade linguística reflete a diversidade dos grupos sociais em consonância com o comportamento social de uma determinada comunidade de falantes.

Os fenômenos linguísticos se evidenciam de forma material na fala. Mesmo sendo compreensível que exista o produto invariante que estabelece a categorização das regras absolutamente regulares e que coexiste com a variância, de ordem social e geográfica, o número de variações linguísticas ultrapassam de forma significativa a fixidez na língua. A variável linguística consiste de duas ou mais formas distintas de se transmitir um conteúdo informativo. Na sociolinguística quantitativa, Willian Labov se debruçou sobre análise de corpus desta natureza e, no Brasil, Fernando Tarallo apresentou estudos importantes para a compreensão deste escopo.

A análise destes fatores de variação do produto de fala se relaciona aos estudos de Willian Bright e de Dell Hymes. A análise deste produto é orientada no sentido dos fatores socioculturais e geográficos. Estes se referem aos critérios sob o aspecto urbano e rural e aqueles, idade, sexo, status e local de residência. Assim, utilizam-se os procedimentos metodológicos desta natureza, no aspecto de categorização da fala como de prestígio e estigmatizada. Torna-se inadmissível a regularidade da norma padrão como parâmetro da fala legítima de uma determinada comunidade, pois os contextos sociais definem o modo de uso da linguagem, com seu grau de formalidade e informalidade. A gramática em sua concepção natural deve considerar o sujeito da fala, o falante em suas dimensões constitutivas.

As variantes podem ser classificadas em inovadoras e conservadoras. É comum que um processo de manifestação da língua conduza a mudanças linguísticas. A gramática em uma perspectiva de inclusão e de naturalização no sentido nacional do idioma não deve prescrever e, sim, explicar fatos linguísticos que são inerentes à realidade das comunidades falantes da língua portuguesa no Brasil. E é devido ao comportamento linguístico específico destas comunidades que se mobilizam estudos para contemplar o registo que seja pertinente ao falante deste idioma nacional, seja na norma culta, coloquial ou popular. Estas três normas correspondem ao sentido de normalidade e não de prescrição.

Ao fazer um deslocamento para o campo das unidades de ensino, percebe-se ainda mais a valorização da norma padrão em detrimento das normas que são utilizadas no cotidiano escolar dos alunos brasileiros. É preciso destacar que o princípio desta análise se mantém na modalidade escrita e não na oralidade. O entendimento razoável sobre esta tensão entre oralidade e escrita outorga às instituições formais de ensino a sociabilização das variações estigmatizadas e de prestígio para a compreensão dos fatos inerentes à língua em seu aspecto mais dinâmico e material, minimizando, assim, a abstração do ensino das estruturas gramaticais isoladas e em contextos distintos do cotidiano do falante.

O problema não se restringe a uma cultura de tradição gramatical ou mesmo da adoção por parte da escola ou do professor da gramática tradicional. Isto se amplia para a seleção do livro didático, das propostas metodológicas, dos planos de trabalho, dos projetos desenvolvidos pela unidade escolar e até a cristalização da modalidade popular sendo utilizada somente com finalidade de comemoração junina ou julina. O uso do registo oral no sentido de satirizar

a fala, a variação linguística denominada como estigmatizada, propõe um distanciamento natural desta modalidade em outros espaços sociais e ao mesmo tempo descaracteriza uma identidade linguística de um falante específico em um contexto determinado pela historicização.

As línguas se constituem numa relação necessária entre a dimensão material e a dimensão simbólica. Nessa relação, o simbólico se “historiciza” e o material se faz articulável. A articulação é uma relação na qual unidades de um extrato da materialidade linguística formam sequência linear com unidades de outros extratos. (ORLANDI, 2007)

No que se refere às diferenças entre o português do Brasil e o português Europeu, é necessário o entendimento de que uma língua significa a cultura de seus falantes, sendo caudatárias as relações de constructo social, político, humano e de integração dos povos constitutivos da diversidade que é a nação brasileira. Uma política de línguas permite esta geografia não para excluir ou afastar as contribuições linguísticas de outrem, mas, sim, para legitimar o comportamento linguístico daqueles que não têm em sua fala o endosso de pertença ao seu próprio idioma, possibilitando uma deformação ideológico-linguística de marcação estrangeira em seu próprio país.

A questão que envolve estas diferenças entre Brasil e Portugal se propaga de forma consolidada na língua, mas se ressignifica no momento em que se condiciona aos elementos de constituição de uma dada sociedade em um momento específico, pois ao buscar a historicidade e os fatores de fundação social do Brasil como colônia de Portugal, há uma rejeição natural para tudo que seja “importado” de lá, principalmente, a língua, que representa em si, a unidade identitária de um povo e é a força que tem o poder de coesão do grupo.

Volta-se, então, à preocupação com esta psicologização ou biologização que institui a problemática da herança genética, metaforicamente, levaria a uma ideia e de ideal de herança linguística do português do Brasil advindo diretamente e sem variações do português de Portugal. Ao estudar o desenvolvimento da língua social e a constituição de seu arcabouço vocabular, é inquestionável a diferença do que se tem como regularidade escrita do uso que o falante faz desta regularização. A relação entre o tenso e o distenso é que movimenta a língua. É esta plasticidade que alimenta a criatividade do falante na composição do seu próprio falar no que realmente tem significado para ele. A língua identifica este falante e ao identificá-lo o sentido de nacionalidade se constitui.

O fato linguístico, portanto, é definido a partir da tensão entre uma estabilidade na unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de forças a ser representado, de um outro. (ORLANDI, 2007)

A nacionalidade da língua é uma forma de resgatar um espaço que não é mais possível de ser encontrado, constituindo-se de parte da memória do falante,

em um deslocamento discursivo que atribui autoestima e pertencimento a um grupo heterogêneo, mas com características, possibilidades e anseios materiais, no campo simbólico. Ao se propor esta inclusão por meio da representação de identificação mais corrente, possibilita-se a inserção real, natural e ideológica de um falante como pertencente a este grupo social, que no caso é o Brasil, com uma língua própria de uso e existência cotidiana.

A ideologia matiza a discussão acerca do uso da língua, de uma forma variável, e outra, de forma conservadora. Quando se emprega a expressão língua nacional em contextos oficiais, é proposta uma linha ideológica de passividade, porque se trava uma luta de identificação. A difusão de uma nova ordem na língua, no seu uso, destitui o senso preservacionista ou o desconstrói no imaginário do falante da língua portuguesa no Brasil. Já quando se institui a expressão língua pátria, que se formulava como denominação de disciplina e como nome de livros didáticos de ensino de língua materna, pressupõe-se, também, uma identidade nacional, contudo não se amplia a discussão para espaços reais de mudança do pensar o idioma, com vista à identificação dos caracteres do falante brasileiro.

Ao retornar à escola, é notório que este espaço sempre foi um “locus” de regularização das normas e sua reprodução de forma automatizada, concentrando-se na representação do falante ideal. No caso, esta linearidade se predispõe a se tornar estrita a condição criativa do falante no seu nível mais absoluto de reflexibilidade. Existe uma tendência ao pensamento de que a escrita deva corresponder à fala e vice-versa. É importante insistir neste momento que a utilização das expressões como língua nacional e língua pátria não causa polêmica alguma, sugerindo uma existência pacífica, com um condicionamento natural do *stato quo*, ou seja, a submissão à língua portuguesa de Portugal de uma forma quase inconsciente.

Esta condição de subserviência e até naturalidade no uso de termos que identificam o falante e introduzem marcas de territorialidade e pertencimento se fragilizou devido aos diversos movimentos sociais e políticos que o povo brasileiro viveu. A análise da expressão língua brasileira começava a caminhar pelos vieses da sociedade em busca do usufruto da cidadania. Esta cidadania se depreende no sentido de uma autonomia e sentido de pertença, pois é nele que se assegura o próprio significado de ser brasileiro, de utilizar um idioma que, mais do que ser constituído de questões lexicais, morfológicas, sintáticas e semânticas, resulta no sentimento de pertencimento pátrio, de filiação e composição de um povo.

Ao se pensar nesta língua falada do povo brasileiro se institui a noção de sujeito e se outorga a legitimidade de correspondência ao processo de aculturação, de diversidade, de respeito, também, a tudo que se “sofreu” para que o Brasil fosse independente. Para reforçar este sentido de independência nada melhor do que uma língua livre dos grilhões dos colonizadores, pois a fala, por si só, já reclamava esta oposição/contraste à subordinação do Português de Portugal. A língua portuguesa no Brasil passa a ter existência material em um registro próprio de um comportamento linguístico denominado pela fala.

O sujeito que faz parte da nação brasileira reclama, então, por uma língua que represente este brasileirismo. Esta nacionalidade começa a interpelar o próprio falante orientando, assim, a regularidade da sua fala e, às vezes, até o apagamento e exclusão de termos que associem às marcas da colonização. Mas foi surgindo neste entremeio um questionamento que expressa o forte atravessamento ideológico: quem era este homem brasileiro que requeria esta língua brasileira? O que realmente lhe faltava? O que esta língua deveria ter para contemplar esta necessidade de identificação? Como expressar algo tão natural de uma forma que não fragilize gradativamente a modalidade escrita? E se isso realmente é possível?

Esta expressão (Idioma Nacional do Brasil) aparece como uma expressão referencial definida no título do texto do relatório da Comissão (“O idioma nacional do Brasil”). Isto dá conta de que se trata da língua dada como por todos conhecida e reconhecida como língua nacional. O modo de presença desta expressão no título traz como pressuposto “Há um idioma nacional do Brasil”. (GUIMARÃES, 2011)

A necessidade de se delinear o sujeito brasileiro na sua essência e o seu anseio pelo idioma como representação da identidade sempre foi um “vazio” a ser preenchido. E as discussões que tinham dois polos antagônicos se situam entre um falante que vislumbra, ao seu modo, a hegemonia da norma padrão, principalmente como modalidade escrita, e outro que anseia por uma língua brasileira que representasse a língua do povo brasileiro como aspecto histórico-social. Os mais relutantes em uma proposta de língua nacional veem nesse processo de nacionalização do idioma o emergir de uma língua “à meia”, que não é da nação brasileira, mas daqueles que pela má sorte ou pelas mazelas da vida não prosperaram, ou não tiveram acesso à escolarização.

Nessa orientação, torna-se incapaz o “*sermo vulgaris*” representar a nação como um todo, pois a outra metade, que ao ver da classe dominante era simplória e regional, não tinha condições de corresponder à complexidade de discursos, de uma língua elaborada, com uma proposta social refletida na dominação de um povo, mas que por ser excludente e altamente prescritiva, assentou-se como pura e hegemônica, pois se assim não fosse, como seria possível representar a elite brasileira? Novamente foi necessário se amparar na literatura para designar o que é coerente ou não para a língua, o que é pertinente ou não, o que seria permissivo ou não.

A concepção vernacular se sustenta pela ideia de uma língua que ainda estaria eivada dos purismos, das questões analogistas e nas propostas dicionarizáveis, do ponto de vista normativo. A língua portuguesa não seria possível, assim, de ser denominada de brasileira pelo estatuto cultural clássico das formações gramaticais tradicionais. Esta orientação consolida a supremacia da classe dominante ou mesmo do colonizador sobre o colonizado, impregnando de discriminação e, sobretudo, de logicismo matemático a língua que é dinâmica, viva e democrática. A gramática neste viés é concebida como o sistema que

comporta as estruturas fixas e elementares da língua dissociada totalmente de qualquer senso de historicidade.

Em um caminho inverso a esta assertiva cristalizada de língua e gramática, os nacionalistas se sustentam em uma proposta de luta de classes e até de sobrevivência para o resgate de uma identificação nacional que não está apagada, mas esquecida pela força ideológica do capitalismo. Percebe-se nesta proposta de língua brasileira aspectos sinestésicos que representam a natureza tão “nossa”, tão singular que de tão material e acessível permite uma visão equivocada de inconsistência, sendo que o simples aqui não representa o reducionismo e sim à eficácia da língua como correspondência dos fatos, da realização da língua, por meio da atualização do dizer. “Aqui”, emerge a aculturação do povo brasileiro, suas descobertas, suas lutas e suas aspirações, uma língua que faz significar o povo brasileiro e ao significá-lo ressignifica sua identificação com o Brasil.

É neste processo que a denominação de língua brasileira ou língua portuguesa é muito mais do que uma questão de formulação, regras e leis, apresenta-se, neste embate, a propriedade de ser realmente brasileiro, como uma “carteira de identidade” própria e que seria capaz de trazer à tona muito mais do que dicotomias, estruturas e aspectos superficiais de análises da língua. Ao repensar a concepção de idioma, pensa-se também nesta nova concepção de cidadania nacional, da qual ninguém é portador, porque é propriedade constitutiva e não acessória. A gramática acompanha este percurso por ser um conjunto de elementos que preenche este idioma e como tal deve significar este sentido nacional.

É a Língua portuguesa aquela em que nós, brasileiros, pensamos; em que monologamos; em que conversamos; que usamos no lar; na rua, na escola, no teatro, na imprensa, na tribuna; com que nos interpela, na praça pública, o transeunte desconhecido que nos pede uma informação; é, por assim dizer, a nossa língua de todos os momentos e de todos os lugares. (GUITMARÃES, 2011)

Isto não se dá em uma perspectiva sincrônica, sintática, morfológica ou gerativista, mas sim na formação do *ethos* do falante brasileiro. A divisão entre aqueles que reduziam a língua à escrita, com aparelhos ideológicos e repressores institucionais, e os que viam a modalidade escrita como comportamento linguístico socio-histórico era um ponto de divergência que fragilizou esta proposta por conta da ilusão de apagamento tradicional da escrita. A modalidade escrita é diferente da oralidade. A maneira como o falante faz uso da sua língua nos diversos contextos, situações comunicativas e nas mais variadas condições de produção do discurso confirma esta propriedade de atualização do dizer posto em relação com a história.

A proposta de uma língua baseada na criatividade do falante brasileiro que constituiu com traços realmente nacionais um idioma forte e bem estruturado e, seguramente, com sua devida regularidade é a égide da irrupção do sentido de identidade deste idioma nacional. Neste espaço da real existência do homem

brasileiro se situava, também, a oposição e resistência de autor que reclama pela sua autoria, que contrapõe a ideologia impregnada pela força da colonização portuguesa. Ao se mesclar o homem aos caracteres brasileiros que formam o que a nação tem de singular, propõe-se também a ressurgência do que se tem de mais genuíno: o brasileiro.

Neste embate, é necessário entender que a escrita ainda é matéria formal de inclusão social no mundo do trabalho e ainda legítima a denominação do idioma nacional. Tudo isso ainda configura o caráter purista da língua e, por consequência, delinea sua força de exclusão. Em contrapartida, emerge também a força de um povo reclamando pela identidade nacional de seu idioma. Esta corrente se caracteriza principalmente pelo fator descentralizador do processo de democratização da língua. A fala na sua acepção mais livre para que possa corresponder a sua função social de significar e ressignificar.

O conceito tradicional de gramática se restringe ao conjunto de regras que estrutura de forma ortodoxa o bem falar e escrever. Entretanto, esta definição já não contempla as orientações epistemológicas, linguodidáticas e metodológicas, na sua acepção cultural, inclusiva e de promoção social. Não se concebe mais uma ideia reducionista de um arcabouço do texto que não se integre às dimensões da linguagem. Entendem-se, nesta assertiva, dimensões pela articulação entre o gramatical, o semântico e o pragmático. A linguística, o estudo científico da linguagem humana, atribui às gramáticas uma natureza textual, dinâmica, flexível e ideologicamente marcada, em uma linha eminentemente discursiva. Para Bechara, a gramática é

disciplina linguística que estuda os atos linguísticos nos três níveis da linguagem distinguidos por Eugenio Coseriu: o universal (correspondente ao falar em geral), o histórico (correspondente a uma língua histórica) e o individual (correspondente ao discurso ou texto). (BECHARA, 2001)

Travaglia (2001, p. 24) compreende que: “[...] a gramática é concebida como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente”. Ao pensar na gramática como manual de regras, nota-se uma tendência normativa, contudo ao ser acrescida ao componente social se relaciona diretamente à Pragmática. Esta linha de estudo científico proporciona uma contextualização segundo os níveis da fala: padrão, popular e coloquial, com base nas situações de uso da língua.

A redução da língua nela mesma restringe a uma análise meramente estrutural, sem relação com as práticas sociais, excluindo, assim, o sujeito e seu mundo social. O sentido está fundado em uma história, sendo que a língua, mesma na sua dimensão gramatical, deve refletir isso. A exterioridade vai dizer como se constituiu o comportamento linguístico do povo brasileiro, desde o período da dizimação e escravidão dos índios a incorporação do comportamento linguístico dos negros, que não pode ser analisado como empréstimo ou uma modalidade apartada. É necessário se relacionar a esta parte histórica de colonização para compreender a composição histórica desta gramática do português brasileiro.

Geraldi (2001) apresenta três conceitos de gramática:

O primeiro mostra que “o termo gramática designa um conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem falar e escrever corretamente” (GERALDI, 2001, p. 47). O segundo conceito ratifica que “gramática é um conjunto de regras que um cientista dedicado ao estudo de fatos da língua encontra nos dados e os analisa a partir de certa teoria e de certo método” (GERALDI, 2001, p. 47). Já o terceiro confirma que “a palavra gramática designa o conjunto de regras que o falante de fato aprendeu e do qual lança mão ao falar” (GERALDI, 2001)

Travaglia (2001) utiliza a metodologia de estudo das gramáticas por meio da sua classificação: gramática normativa, instituindo aquilo que deve e que não pode ser usado; gramática descritiva, que analisa os elementos internos do texto; gramática internalizada ou competência linguística internalizada do falante, sendo implícita se refere ao conhecimento inato acerca da língua; gramática explícita ou teórica, aspectos conceituais, reflexiva, constituindo as atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas; contrastiva ou transferencial, comparando o maior número possível de gramáticas de uma língua; gramática universal, que institui a linearidade e universalidade no uso das estruturas gramática histórica, língua latina e metaplasmos e, finalmente, a gramática comparada, relacionando os aspectos de similaridade das estruturas das línguas.

Travaglia conceitua a gramática normativa:

É aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseia-se, em geral, mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita. (TRAVAGLIA, 2001, p.30)

Os elementos que constituem o funcionamento da língua são: fonológico e fonético - unidades distintivas e o número de letras; morfológico - estudo das formas, sendo a estrutura e formação de palavras e as classes de palavras; sintático - termos essenciais e acessórios da oração; semântico - ponto nodal do discurso, sentidos denotativo e conotativo, pragmático, adequação da linguagem em função do usuário, e textual discursivo, coesão e coerência textuais. A gramática da enunciação vem para inaugurar uma análise das estruturas da língua em função das formações discursivas e ideológicas, contribuindo para uma competência linguística não mais dual, mas sim tendo o falante da língua portuguesa do Brasil como sujeito da sua identidade linguística.

A gramática em uma concepção racionalista se fundamenta na análise das estruturas de forma imanente, ou seja, segmentada. O estruturalismo é uma corrente teórica da linguística que tem como seu idealizador Edward Sapir. Esta corrente é ampla e se estende, de forma transversalizada, à antropologia, à história, à literatura e à psicanálise. Ao conceituar a língua, evoca-se a ideia do sistema

organizado de signos como expressão destas mesmas ideias na forma codificada da linguagem. O objetivo da linguística é estudar as regras desse sistema.

Esta corrente defende que a fragmentação da língua em suas mínimas estruturas constituintes permite o conhecimento estrutural destas unidades e, assim, ao perceber suas relações no interior da frase, oração ou período, há a possibilidade de entendimento da forma própria da linguagem, como essência constitutivamente elementar do vocábulo. Isso se dá dentro de uma perspectiva puramente cartesiana, excluindo a exterioridade sem se levar em conta a subjetividade da comunidade linguística e o falante como sujeito interpelado pela ideologia.

A palavra semiologia vem do grego “*semeion*”, que tem como significado o signo. A semiologia compreende o estudo do sistema de signos, sua substância, seus ditames, o simulacro, o gestual, o sonoro, os objetos e os complexos dessas substâncias em que encontramos ritos, parâmetros que catalisa os elementos constitutivos da linguagem e do sistema codificado da comunicação. Este estudo já sinaliza uma possibilidade de se ampliar a análise da língua que não seja somente a estrutura imanente.

Na sua aplicabilidade metodológica na sala de aula, o professor de línguas pode se situar em um percurso estruturalista quando percebe a necessidade de segmentar as estruturas de uma forma sincrônica, todavia esta fragmentação deve se resultar em significado, mesmo que imanente no que tange à gramática sincrônica. O que se percebe então é uma teoria dissociada da realidade social, mas que contribui para a compreensão das relações internas, sendo que por ser limitada não dá conta de explicar o movimento que a língua faz para a correspondência entre subjetividade, sujeito e linguagem.

O distribucionalismo é um tipo de estruturalismo de forma binária fundamentado no comportamentalismo behaviorista. O pensador de destaque é Leonard Bloomfield, sendo que esta teoria se orienta por meio do condicionamento: estímulo-resposta. Ao transpormos este percurso para a sala de aula, observam-se as relações internas de estruturas imanentes caracterizadas pela dimensão gramatical da linguagem: sintaxe. A sintaxe é constituinte dos termos essenciais da oração: sujeito e predicado e termos acessórios: vocativo e aposto.

Os distribucionalistas pretendem que o uso rigoroso desse método torna-o automatizável de tal forma que, da do um conjunto de frases, pode-se produzir mecanicamente uma descrição gramatical desse conjunto. (ORLANDI, 1986)

O funcionalismo trata das funções da linguagem (emotiva, conativa, fática, poética, referencial e metalinguística) e das unidades distintivas; as letras são unidades distintivas e são capazes de instituir carga semântica diferenciada às palavras. Ex.: **B**anda/**P**anda e **M**undo/**F**undo. Os estudos da corrente funcionalista tiveram forte influência dos Círculos linguísticos de Moscou, de Viena, de Copenhague e de Praga. Os Russos Roman Jakobson, Troubetzkoy e

Karcevsk foram nomes de destaque deste período que destituiu toda literariedade em busca da língua metálica o ideal de língua.

A teoria gerativa transformacional ou gerativismo institui uma natureza sincrônica, marcadamente pelo ato notacional do número finito de vocábulos para a geração de um número infinito de sentenças linguísticas. Os estudos se baseiam na concepção de gramaticalidade, agramaticalidade, competência e desempenho – performance. Noam Chomsky foi o fundador desta análise sincrônica. A gramática gerativa transformacional estabelece a análise por meio de estruturas que combinadas se transformam, gerando assim novas sentenças comunicativas.

Assim é que surge a Gramática Gerativa de Noam Chomsky. Gerativa porque permite, a partir de um número limitado de regras, gerar um número infinito de sequências que são frases, associando-lhes uma descrição. (ORLANDI, 1986)

A pragmática tem seus estudos consolidados na adequação da linguagem em função do usuário, com base na contextualização e nos níveis da fala. A Pragmática Conversacional, de H. Grice institui as máximas conversacionais (modo, relação, qualidade e quantidade) e as implicaturas conversacionais. Esta adequação se efetiva por meio dos aspectos socioculturais e geográficos. Os aspectos socioculturais são caracterizados pela idade, gênero, local de residência, status e profissão. Os aspectos geográficos: urbano e rural. A pragmática institui a contextualização por meio da identidade do falante e as características do ouvinte.

A teoria atos da fala institui que todo dizer é um fazer. A linguagem performativa se constitui dos atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. J. Austin e J. Searle são nomes de destaque. Ao produzir a linguagem, a fala vem impregnada de persuasão e ideologia. O ato locucionário se constitui de organização estrutural e deste ato emerge um ser extralinguístico. O ato ilocucionário compreende a força que se expressa pela negação, afirmação, dúvida, ordem (imperativo). E, por fim, o ato perlocucionário se efetiva pelo convencimento. O silêncio, na sua concepção dialógica, dialética e polifônica, é uma resposta não hipotética, mas sim material.

A análise do discurso se constitui como uma teoria de entremeio, sendo delegada a esta teoria a propriedade de ser uma janela para a exterioridade. A semântica é o ponto nodal do discurso. A ideologia é o mascaramento da realidade e o sujeito é interpelado por ela, constituindo-se de história, do simbólico. Nesta teoria se estuda os aparelhos ideológicos e repressores do estado, as formações ideológica e discursiva, a subjetividade e intersubjetividade, o enunciado e enunciação. Autores como Desttut de Tracy, Marx e Engels, Ricoeur, Althusser, Pecheux, Foucault, Benveniste, Bakhtin, Authier-Revuz e Eni Orlandi possibilitaram uma teoria que tivesse um dispositivo teórico e analítico do discurso. A análise do discurso possibilita uma leitura transdisciplinar sobre elementos do intradiscurso posto em relação com o interdiscurso. A compreensão de todas as correntes de forma progressiva conduz ao conhecimento e exercício

da análise do discurso, sendo que a ideologia é o percurso pelo qual se desloca quando o objeto de estudo é o discurso.

O professor de língua portuguesa tem uma série de instrumentos metodológicos que possibilitam situacionalidade e exercício dos aspectos de textualidade relacionados aos conhecimentos linguístico e de mundo. O conhecimento das três dimensões da linguagem: a gramatical que se divide em morfologia contendo a estrutura e formação das palavras (monema/semantema/afixos/prefixo/sufixo/tema/vogal temática/desinências) e classe de palavras (artigo, substantivo, pronome, adjetivo, advérbio, interjeição, conjunção, numeral, preposição e verbo.) e sintaxe, termos essenciais (sujeito e predicado) e acessórios (vocativo e aposto) da oração permitem o estudo das estruturas da língua, contudo de forma limitada.

As gramáticas, quanto ao objeto de estudo, podem ser classificadas em: descritiva, prescritiva, internalizada, teórica, reflexiva, gerativa, universal, comparada, contrastiva transferencial, de uso, universal entre outras. A segunda dimensão da linguagem é a semântica que é o ponto nodal do discurso. A semântica tradicional que se constitui do sentido conotativo, figurado, e denotativo, real, científico, de dicionário. A semântica teve a partir de M. Bréal um percurso teórico que se assentou sobre o significado e o sentido. Deste percurso, depreendeu-se outra teoria que foi denominada como semântica do acontecimento, cuja episteme se remete a Eduardo Guimarães. A terceira é a pragmática, a linguagem em função do usuário. As perspectivas do ouvinte, identidade, e as características socioculturais do falante. A situação se denota como fatores extralinguísticos que influenciam a fala.

A questão da significação que se coloca no Brasil, a propósito do português, como forma de se descrever diferenças entre o português de Portugal e do Brasil, não só manterá esta característica no decorrer de boa parte da história dos estudos do português, mas também se formulará enquanto disciplina específica a partir do momento em que a gramatização brasileira do português se põe em curso nas décadas finais do século XIX. (GUIMARÃES, 2002)

A relação entre língua, linguagem e fala é indissociável. A língua é um consubstancial de signos que se organizam, segundo a associação entre significado e significante, segundo Ferdinand de Saussure, e se concebe na codificação por meio social. A linguagem é a ação por meio da língua. A linguagem pode ser verbal, oral ou escrita, não-verbal, imagens e pictórico, e paraverbal, aspectos sociais reproduzidas pelo corpo, no seu constructo fisiológico. A fala é a materialização da língua. É o individual, o real, a materialidade da língua em um contexto definido com uma comunidade de falantes específica. A língua nessa orientação é matizada pelos fatores socioculturais e geográficos.

O professor estruturalista é aquele que se situa em um parâmetro da análise das estruturas por si, fragmentadas, ou seja, sem princípio de contextualização ou exterioridade. Partindo da premissa da descrição, a

propriedade do estruturalismo como teoria de situacionalidade do professor de língua portuguesa infere um valor morfológico do processo. Há quem se permita a fundamentação da organização metodológica de suas aulas na concepção purista, vernacular e tradicional, contudo exclui o sujeito, a subjetividade e a linguagem, não se relacionando com a história e o simbólico. É necessário compreender que a exercitação desta teoria não exige que o professor permaneça em uma corrente pedagógica amparada pela escola conservadora em uma pedagogia tradicional, tecnicista ou nova.

O estruturalismo na sua vertente morfológica analisa elementos constitutivos das formas das palavras, formas estas livres ou presas. Ainda se fundamenta na estrutura e formação das palavras sob ponto de vista das unidades mínimas significativas. A análise dos morfemas/monemas/semantemas, afixos, desinências e as classes de palavras: do artigo à interjeição. A diacronia possibilita uma incursão nos metaplasmos, que são alterações fonéticas da língua latina para a língua portuguesa, em sintaxe, semântica e morfologia. O pressuposto temporal permite que o professor de língua portuguesa se veja imerso na teoria que se inicia por meio dos pressupostos saussureanos, princípios do signo.

Esta organização interna da língua, que Saussure chama de sistema, seus sucessores chamarão estrutura. Com esta noção, procuram valorizar a ideia de que cada elemento da língua só adquire um valor na medida em que se relaciona com o todo de que faz parte. (ORLANDI, 1986)

O distribucionalismo é um tipo de estruturalismo que se relaciona à ordem binária de estudo, com uma natureza eminentemente behaviorista. Matiza a prática pedagógica por meio da gramática sincrônica, de ordem descritiva, podendo ser assinalada, quando trabalhada pela ótica da norma padrão, com uma natureza prescritiva. A relação interna das estruturas em uma base eminentemente sincrônica é o fundamento desta teoria, ou seja, a sintaxe. Esta sintaxe se dá por meio das relações internas das estruturas no texto. Fundamenta-se em uma base comportamentalista, de estímulo-resposta.

O professor não deve incorrer no erro de dissecar a língua até a última análise da estrutura, voltando-se assim para a morfologia. Na sintaxe, os termos de constituição são descritos como essenciais e acessórios da oração. Nesta orientação, as relações de sentido de Hjelmslev, primeira e segunda incursões no universo do sentido, são relegadas à interpretação purista e tradicional. Ao se circunscrever em um processo prescritivo ou estruturalmente tradicional, o professor se limita a uma análise restritiva.

A teoria funcionalista, com forte influência do pensador Russo Roman Jackbson, fundamenta-se em duas vertentes, sendo que a primeira diz respeito às menores unidades distintivas dos fonemas da língua portuguesa. A efetivação da alfabetização depende deste conteúdo, fonética e fonologia, como referência para as atividades de exercitação de unidades mínimas significativas. Esta referência possibilita a associação e ao mesmo tempo a distinção destes fonemas. Ex.: Mala/Sala/Fala, VaLa/VaCa e Rato/Pato. Ou seja, é importante que o professor em sala

de aula, nos anos iniciais do ensino fundamental, trabalhe com o conhecimento das estruturas relacionadas a contextos incluindo o sujeito e a subjetividade e, nos anos finais deste ensino, efetive o reconhecimento delas. No ensino médio é imprescindível o desenvolvimento do letramento por meio dos gêneros do discurso.

Além desta perspectiva linguística da década de 40, tem-se ainda as funções da linguagem: emotiva, centralizada na primeira pessoa (eu/nós), conativa, centralizada na segunda pessoa (característica de persuasão), fática, contato, poética, centralizada na mensagem, código, fundamentada na função metalinguística, e referencial, no contexto, que é a própria realidade circundante e no texto vem simbolizada pela fonte. Esta teoria linguística possibilita ao professor a análise do arcabouço constitutivo dos símbolos codificados da escrita e as suas funções no contexto da linguagem, ainda mantendo a circularidade do texto.

A década de 50 vem matizada por uma teoria de natureza gramaticalmente explícita e formal. A gramática gerativa transformacional desenvolve sua linha de trabalho na transformação de um número finito de estruturas gramaticais em um número infinito de sentenças linguísticas. Este modelo se fundamenta em polos que se subdividem em conceitos interdependentes entre si: competência (conjunto consubstancial da língua/conceito) e performance/desempenho (o uso que se faz destes conceitos constituídos, sistematizados e codificados), ainda gramaticalidade (arcabouço de termos/vocábulos/palavras que constituem a gramática normativa da língua ou da norma padrão desta) e agramaticalidade (termos que não estão inseridos na norma padrão, contudo podem constituir esta norma por qualquer fator de inserção.).

Faz-se necessário ressaltar a análise dos eixos superficial e profundo. O eixo superficial se forma pela codificação sintagmática de superfície, relacionando-se, filosoficamente, ao eixo sintagmático saussuriano. O eixo profundo de constitui dos elementos de profundidade, associando-se ao eixo paradigmático. Para o professor de Língua Portuguesa, este aporte teórico permite a análise de diversos fatores essenciais para o conhecimento do percurso da língua. É importante perceber que o acesso ao sistema vocabular da língua, na sua constituição, desenvolvimento, relações de sentido e inclusão sincrônica, depende do entendimento destes fatores. Uma observação importante é que se pode aplicar o princípio gerativo na alfabetização linguística em qualquer instância de ensino. O pensador Noam Chomsky é o responsável pelas diretrizes difundidas por esta Teoria.

Estrutura Profunda (abreviada, nesse momento, por E.P) seria um dos mecanismos alojados no cérebro humano responsável pela produção dos enunciados, das sentenças. A Estrutura Superficial correspondente à forma física de realização concreta das frases ou orações. (CHOMSKY, 1971)

A teoria pragmática se refere à adequação da linguagem em função do usuário e se fundamenta nas relações indissociáveis da sociolinguística (fatores

socioculturais e geográficos). A pragmática se trata das relações de adequação por meio da identidade do falante e dos aspectos socioculturais e geográficos do ouvinte, que são: idade, gênero, *status*, local de residência e profissão. É necessário ressaltar que as dimensões do ouvinte, do falante e da situação são essenciais para a identificação das características das três dimensões constitutivas da pragmática. A situação se refere aos elementos externos ao texto e à produção da fala. Todos os fatores externos que contribuem para a produção da fala e influenciam tanto falante quanto ouvinte são caracterizados como situação comunicativa. O Professor de Língua Portuguesa deverá se atentar ao nível da fala para que o seu texto seja inteligível, pertinente e possa culminar em conhecimento historicamente produzido. Dell Hymes, Willian Bright, Willian Labov e, no Brasil, Fernando Tarallo e Dino Preti são autores que consolidaram o estudo da língua fundamentado na fala.

A teoria dos atos da fala se fundamenta na linguagem performativa. Nesta orientação, todo dizer é um fazer, segundo os pensadores J. Austin & J. Searle. Os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários possibilitam ao professor de Língua Portuguesa em sala de aula mediar os atos da fala e orientar os alunos para uma produção da fala mediatizada por elementos presentes na realidade deles, em consonância com a organização, força e persuasão. Esta teoria contribui fortemente para a constituição da semântica moderna e o surgimento da teoria semântica do acontecimento.

O ato locucionário exige do autor do ato da fala uma organização ordenada das estruturas e, posteriormente, o ato instaurador da fala por meio de um ser externo a ela. O ato ilocucionário é a força instituída pelo locutor por meio de marcas tais como afirmação, negação, hipótese, conjecturas, injunção e etc. O ato perlocucionário se refere ao convencimento. O professor deve acompanhar os elementos de persuasão utilizados pelos locutores.

A teoria que se fundamenta por meio da análise da ideologia, dos aparelhos ideológicos e dos repressores do estado é o resultado da análise crítica das teorias do percurso linguístico moderno. O professor se apropria do discurso e nele circunscreve todas as *práxis* sociais referentes aos seus aspectos socioculturais e ideológicos. Sua identidade se revela na dimensão do falante que se apropria do aparelho formal da língua para se significar. Na sala de aula, a ideologia possui um papel distinto daquele estrito da sociologia, pois para a linguagem este termo insta o sujeito à interpretação do objeto simbólico, na sua materialidade, no seu deslocamento.

Tampouco retomamos a noção de ideologia, do campo das ciências sociais, tal qual. Ao contrário, pensamos a ideologia a partir da linguagem, evitando assim subsumir o desgaste da noção de ideologia como “ocultação”, tal como se apresentava, deslocando-a para outra forma de compreensão. (ORLANDI, 2014)

A prática do discurso, sua produção, sua análise e sua mediação social revela a plasticidade necessária ao envolvimento dos enunciatários. Uma janela

para exterioridade é a júbilo pela incursão em uma arena de vozes munido de aparatos ideologicamente matizados. Autores como Destutt de Tracy, Napoleão, Althusser, Foucault, Pêcheux, Ricoeur, Benveniste, Bakhtin, Authier Revuz, Orlandi entre outros marcam um percurso heterogêneo com articulação da Teoria da Literatura, Psicanálise e Sociolinguística. _

Considerações Finais

O estudo da gramatização no Brasil permite uma incursão no universo de política de línguas que significa o sujeito e faz com que ele signifique o sentido de pertencimento de nacionalidade e identificação com o seu próprio idioma. Esta manifestação linguística fomenta a produção de uma gramática da enunciação com vistas à articulação entre formulação e constituição, respeitando a dinamicidade da língua, o sujeito, o dizer e a movência, tudo compreendido como efeito e história. É necessário, portanto, a compreensão de que, apesar de influenciada e relacionada a manifestações linguísticas de um modo geral, e, mesmo reconhecendo a funcionalidade metalinguística da gramática como instrumento normatizador da língua, ela reage à característica social da linguagem, que é um instrumento legitimamente vivo e com um papel social marcadamente identificador de todo percurso histórico, social e cultural do falante. O parâmetro prescritivo estruturalmente instituído pela escrita tem sua importância reguladora, mas não pode ser coerciva e se restringir a limitar a propriedade heterogênea que é própria da linguagem. Reconhecer a linguagem como um processo social afetado pelo uso de um povo que busca na língua uma forma de constituição de sua identidade nacional é combater o organicismo e entender o papel de instabilidade, diferença e multiplicidade da língua e, por consequência, a função paritária das suas gramáticas.

Referências

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP, Pontes Editores, 2005.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim M. **Princípios de Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1973.
- CRYSTAL, David. **Que é Linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1981.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. **História da Semântica: Sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.
- _____. **Ciência da linguagem e Política: Anotações ao Pé das Letras**. Campinas: Pontes, 2014.
- _____. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

____. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.